

## **Educação para Igualdade Racial: Enfrentamentos ao Epistemicídio e ao Genocídio de Negros e Indígenas no Brasil**

Educación para la Igualdad Racial: Enfrentando el Epistemicidio y el Genocidio de Negros e Indígenas en Brasil

Education for Racial Equality: Confronting Epistemicide and Genocide of Black and Indigenous People in Brazil

Paula Rita Bacellar Gonzaga<sup>1</sup>

**Resumo:** A educação tem sido um campo histórico de luta dos movimentos sociais brasileiros, especialmente do Movimento Negro que há décadas tem postulado como a desigualdade racial produz interdições diretas e indiretas ao acesso e permanência da população negra nos espaços de ensino formal. Nesse texto o objetivo é refletir sobre essas dinâmicas de resistência no âmbito do ensino superior brasileiro, tendo em tela que o direito à educação, a despeito de inalienável, está suscetível a atuação política de setores que compreendem a universidade como produtora e reprodutora de privilégios epistêmicos, econômicos, sociais. Entendendo o modo de funcionamento do racismo à brasileira e as reavivadas atuais do mito da democracia racial, a aposta é visibilizar iniciativas de ruptura com o epistemicídio, descortinar as premissas oficiais sobre a quem se destina o espaço e a formação universitária e propor uma compreensão ampliada da educação para igualdade racial como um investimento em transformar não apenas a universidade e os modos de produção de conhecimento, mas também, e necessariamente, a sociedade brasileira e seus mecanismos de aniquilação de pessoas negras e indígenas.

**Palavras-Chave:** Ensino Superior; Ações Afirmativas; Epistemicídio; Racismo.

**Resumen:** Históricamente, la educación ha sido un campo de lucha para los movimientos sociales brasileños, especialmente el Movimiento Negro, el cual durante décadas ha postulado que la desigualdad racial produce prohibiciones directas e indirectas al acceso y permanencia de la población negra en los espacios de educación formal. El objetivo de este texto es reflexionar sobre las dinámicas de resistencia dentro de la educación superior brasileña, ten iendo en cuenta que el derecho a la educación, a pesar de ser irrenunciable, es susceptible de acciones políticas por parte de sectores que entienden la universidad como productora y reproductora de privilegios epistémicos, económicos y sociales. Entendien dola forma

---

<sup>1</sup> Professora de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Psicologia pela UFMG e mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela UFBA.

en que funciona el racismo en Brasil y las reverberaciones actuales del mito de la democracia racial, la apuesta es vislumbrar iniciativas para romper con el epistemicidio, develar las premisas oficiales sobre a quién va destinado el espacio y la educación universitaria y proponer un amplio entendimiento de la educación para la igualdad racial como una inversión en la transformación, no sólo de la universidad y los modos de producción del conocimiento, sino también, y necesariamente, de la sociedad brasileña y sus mecanismos de aniquilación de los negros e indígenas.

**Palabras clave:** Educación superior; Acciones afirmativas; Epistemicidio; Racismo.

**Abstract:** Education has historically been a battleground for Brazilian social movements, especially the Black Movement, which for decades has argued that racial inequality imposes direct and indirect barriers to the access and permanence of the Black population in formal education spaces. This text aims to reflect on these dynamics of resistance within Brazilian higher education, considering that the right to education, despite being inalienable, is susceptible to the political actions of sectors that view the university as a producer and reproducer of epistemic, economic, and social privileges. By understanding the workings of Brazilian racism and the current reverberations of the myth of racial democracy, the goal is to highlight initiatives that break with epistemicide, uncover the official premises regarding who the university space and education are intended for, and propose a broader understanding of education for racial equality. This is seen as an investment in transforming not only the university and modes of knowledge production but also, and necessarily, Brazilian society and its mechanisms of annihilation of Black and Indigenous people.

**Keywords:** Higher Education; Affirmative Actions; Epistemicide; Racism.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é refletir sobre a produção de uma educação emancipatória, transformadora e que promova igualdade racial. Após considerar sobre qual dos muitos caminhos poderia trilhar nesse diálogo com vocês, decidi abordar a educação no âmbito onde estou inserida ativamente, onde tenho vivido e produzido movimentações e incômodos. Esse espaço é o espaço da educação universitária, muitas vezes identificada sob a alcunha de ensino superior. O objetivo da minha explanação é pensar como a educação universitária pode contribuir com a igualdade racial, entendendo o seu potencial de atuação que abrange a produção de pesquisa, extensão e ensino, ensino que tem entre seus objetivos a habilitação para uma profissão. Minha proposta é pensar a partir de três eixos, problemáticas e

possíveis caminhos de enfrentamento ao racismo em suas múltiplas manifestações. Não é possível iniciar sem antes dizer que a defesa de uma educação para igualdade racial pressupõe a defesa da educação pública, de qualidade e com autonomia acadêmica. As universidades públicas brasileiras têm sido alvo de discursos desqualificantes, de cortes orçamentários profundos, de ameaças constantes e de supressão de seu direito de autogestão. É preciso salientar que se as universidades e a ciência estão sob ataque isso se dá pela ameaça que elas representam aos segmentos neofascistas e negacionistas que tem crescido numericamente e politicamente no Brasil. Esses ataques já refletem no desmantelamento de políticas de assistência estudantil, na desvalorização da ciência nacional, na falta de incentivo à jovens que se iniciam na pesquisa, no adoecimento das comunidades acadêmicas, principalmente daquelas e daqueles que apostaram no sonho transgeracional do ensino universitário como meio de transformação dos ciclos históricos de exploração. Sonhar, que no sentido capitalista tem cada vez mais se resumido a consumir, é uma ferramenta subversiva da juventude negra brasileira que produz o futuro no presente através da luta cotidiana. Não é à toa que se ostente em placas e cartazes o orgulho quando a filha do pedreiro se forma em advogada, quando a filha da cozinheira vira engenheira, quando o filho do porteiro vira doutor. Após ganhar um prêmio pelo filme “que horas ela volta?” a diretora Anna Muylaert afirmou que são muitas as Jéssicas no Brasil, fazendo referência a protagonista, uma jovem nordestina que vai pra São Paulo fazer o processo seletivo para ingressar numa universidade pública. Essas Jéssicas representam uma geração de jovens que puderam ser as primeiras da família a ingressar na universidade pública em razão das políticas de ação afirmativa, políticas conquistadas após a luta e o enfrentamento do movimento negro organizado e de intelectuais negros que denunciavam os meandros do racismo que vivenciavam em suas trajetórias. Eu sou uma dessas Jéssicas. E muitas outras espalhadas pelo nosso país tem desenvolvido projetos que interpelam o modo de produzir conhecimento. Infelizmente, o desmonte das universidades passa centralmente pela interdição da entrada e permanência de jovens negras e de classe popular na educação universitária.

## PARA QUEM É A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL?

Em janeiro de 2021, recebemos com consternação a afirmação do presidente do Inep - (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Alexandre Lopes, de que o ENEM, nosso exame nacional do ensino médio, tinha ocorrido sem complicações, que foram mais estudantes do que se esperava, isso mesmo após o recorde de abstenções no primeiro dia de prova com 51,3% e no segundo dia com 55,3%<sup>2</sup>. A reaplicação das provas em fevereiro para aquelas e aqueles que tinham sido impossibilitados de realizar anteriormente apresentou uma abstenção ainda maior: no primeiro dia 68% das pessoas inscritas não realizaram as provas, no segundo dia esse percentual subiu para 71,3%. Enquanto o desemprego, a fome, a violência, a inflação agudizam o sofrimento das classes populares brasileiras diante da pandemia de covid-19, muitos jovens tiveram seus sonhos interrompidos pela impossibilidade de manter os estudos em meio ao luto, ao imperativo da sobrevivência, ao adoecimento, aos conflitos intrafamiliares, a privação de necessidades básicas, a condições exploratórias de trabalho.

Afirmar que, a despeito da ausência de mais da metade da categoria inscrita no exame nacional do ensino médio, a aplicação das provas aconteceu com tranquilidade e superou as expectativas, nos leva a pensar qual era o objetivo da execução da prova nesse cenário devastador, ou melhor, nos faz retomar a fala do ex-ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez de que a ideia de universidade para todos não existe<sup>3</sup>.

São inúmeros os meandros políticos que tornaram as universidades brasileiras espaço de alguns e não de todos, assim como é num determinado momento histórico, a chegada ao poder de governos de centro esquerda em 2003, que isso começa a se modificar. As universidades, como todas as instituições, não são fenômenos estáticos, mas espaços de disputa, de mudança, de transformação e o que assistimos nos últimos anos com o ingresso de jovens negras, de etnias

---

<sup>2</sup> A fala do Ministro bem como a publicação dos índices de abstenção foram publicizadas largamente, segue o link de um dos meios digitais onde podem consultar essas informações: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2021/01/24/abstencao-do-enem-2020-e-de-553percent-24-milhoes-foram-aos-locais-de-prova-neste-domingo.ghtml>

<sup>3</sup> A fala do então Ministro foi feita em entrevista ao portal Valor Econômico, cuja página não está mais disponível no formato acesso livre, posteriormente a fala foi repetida em vídeo postado pelo ex-Ministro em sua conta pessoal da rede social X.

indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos e da zona rural foi uma transformação que incomodou e incomoda os setores elitistas deste país. Deveríamos nos interrogar sobre como é possível uma universidade pública que não seja para todos. Como é possível cumprir a função ético-política e emancipatória que fundamenta as universidades sem pluralidade, sem igualdade racial.

A universidade reflete o projeto de sociedade que temos e o que pretendemos construir. Num país como o Brasil, onde o mito da democracia racial segue sendo reavivado em posicionamentos de representantes do poder público e até de acadêmicos, onde sob alegação de uma falaciosa conciliação racial se anula o histórico de hierarquias raciais, conceito proposto por Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2007) para destacar o caráter desigual disso que academicamente se nomeou de relações raciais; onde se acredita na meritocracia ainda que na prática mérito seja um critério bem menos determinante do que ascendência familiar, num país assim como o nosso, não há nenhum direito sedimentado em solo firme, pelo contrário, vemos até mesmo nossa constituição sendo aviltada, desrespeitada, desmontada. Nesse cenário, qual projeto de sociedade e de universidade podemos sonhar e construir?

Ao contrário do que se viveu do início dos anos 2000 até o golpe legislativo-midiático-parlamentar de 2016, onde múltiplas experiências potencializaram e expandiram nossos problemas de pesquisa e nossas propostas de extensão, assistimos a uma sucessão de ataques a democracia, materializados por retrocessos em todas as áreas, inclusive por cortes orçamentários que nos acertam em veias fundamentais, mas também pela eliminação de estudantes antes mesmo da realização do ENEM. Estudantes que se viram em volta do desemprego familiar, da insegurança alimentar, da falta de recursos mínimos de subsistência. Estudantes que se abstiveram da prova de 2020 e que em 2021 nem se inscreveram, visto que o número de inscrições no ENEM é o menor desde 2005, quando o exame ainda nem era aceito como processo seletivo de ingresso na maioria das universidades públicas, destaca-se ainda que pessoas autodeclaradas/os pretos, pardos e indígenas foram segmentos em acentuada ausência nas inscrições<sup>4</sup>. Assim, cabe admitir que se a universidade para todos não existe é porque se consolidou um projeto ativamente

---

<sup>4</sup> Para acessar essas informações, consultar: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/11/21/enem-2021-ministro-da-educacao-e-presidente-do-inep-falam-sobre-1o-dia-de-prova.ghtml>

comprometido em produzir interdições aos sonhos da juventude negra, indígena, rural, periférica, favelada, quilombola, trabalhadora de ingressar e permanecer nas universidades brasileiras.

E a quem interessa conservar a universidade pública como extensão dos benefícios espoliados em séculos de dominação, exploração e aniquilação pelas elites deste país? Que papel cumpre a universidade, ainda que hoje alvo de inúmeros ataques, de legitimar a soberania intelectual da branquitude?

## **EPISTEMÍCIDIO E RESISTÊNCIA**

A academia, enquanto espaço de produção de conhecimento, tem sido admitida como espaço de brancos em razão da desumanização que foi imposta ao povo negro e indígena desde o marco civilizatório colonial. Sueli Carneiro (2005), importante filósofa e educadora brasileira, em sua tese de doutorado argumenta que a intelectualidade como signo da humanidade foi usurpada de pessoas negras e indígenas que passaram a ser associadas à irracionalidade e ao primitivismo. Nas palavras da intelectual norte-americana bell hooks: só corpos, sem mente.

Não é à toa que ainda nos dias de hoje em países latino-americanos nossos cânones sejam massivamente homens brancos de cinco países da Europa ocidental e dos Estados Unidos (Grosfoguel, 2016). Ainda que tenhamos produzido fissuras na ideia de ciência moderna, dessa presunção de um conhecimento descorporificado e produzido a partir de solipsismo epistêmico, parece ser ainda dominante o pareamento da branquitude com o corpo neutro a fazer ciência neutra. Não é a toa que quando reivindicamos que tenham intelectuais negras e indígenas em atividades acadêmicas, no nosso corpo docente, se escuta que não podemos essencializar a raça como sinônimo de autoridade; mas, que diante da manutenção de acadêmicos brancos hegemonicamente em espaços de produção de conhecimento nenhuma palavra sobre essência é proferida, subentende-se que eles são quase que “naturalmente” autorizados.

Ramón Grosfoguel (2016) questiona qual tipo de concepção de si e de mundo era necessária para que um sujeito afirmasse que sua existência se verificava em decorrência da sua possibilidade de pensar, como o fez Descartes e, principalmente, estipular quais seriam os caminhos para que esse pensamento fosse legítimo. Esse

ego cogito, afirma Grosfoguel (2016), se desenvolve a partir das conquistas coloniais que estabelecem a superioridade de Descartes e daqueles que refletiam sua própria imagem e semelhança e que se arvoraram por todos os pontos do globo impondo a divisão do mundo entre megas potências e a inferioridade de outros povos como justificativa para o controle, a exploração, a tortura e a aniquilação não apenas de suas existências, mas dos seus modos de viver. O ego extermino, nos diz Grosfoguel (2016), é a ligação entre o ego cogito e o ego conquiro. A existência atrelada simbioticamente à superioridade da branquitude demanda a conquista, o silenciamento e a aniquilação dos que foram relegados a condição de Outro, como nos explana Sueli Carneiro:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade européia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala” (CARNEIRO, 2005, p.99)

Nesse sentido, me arrisco a afirmar que o projeto de sociedade que se delineia a partir de premissas que não existe universidade para todos, ou saúde para todos, ou comida para todos, repete a ideia presunçosa de que há uma classe de sujeitos que podem vivenciar o abismo enquanto a outros deve-se garantir o exercício pleno da cidadania. Afirmar que a universidade não é para todos é dizer que ela é para alguns e esses são aqueles que ocupam o lugar de Ser, de Humano, de Cidadão, de Sujeito de direitos. Romper com essa lógica implica em admitir que uma educação para igualdade racial não pode ocultar que a construção das relações étnico raciais se estabelece a partir da naturalização de opressões históricas, que retomadas racistas e elitistas que acirram desigualdades sociais são produções de manutenção de privilégios raciais, políticos e econômicos. Que expurgar as premissas coloniais de hierarquização racial implica em escutar e visibilizar produções intelectuais de pensadoras e pensadores negros, indígenas, quilombolas. Nas palavras de Neusa Santos Sousa (1983, p. 17): “uma das formas de exercer autonomia é possuir um

discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade”.

Sem dúvidas às interdições que vetaram 55% dos estudantes do ensino médio de tentarem realizar o sonho de entrar na universidade produziu e produzirá na vida desses impactos que ainda são insondáveis, mas o retrocesso que significa estarmos voltando a ter universidades circunscritas a alguns, a experiências hegemônicas de classe, raça e territorialidade, sem dúvida acarreta prejuízos à comunidade acadêmica e a ciência brasileira como um todo. Perdemos a pluralidade de conhecimento territorializado, implicado com a transformação social, com lógicas comunitárias e dialógicas de cuidado e organização política. Perdemos a chance de tantos ingressarem e perdemos muitos diante dos cortes de recursos que garantiriam a permanência dos que já entraram. A guerra contra as universidades públicas é uma guerra contra a transformação que a universidade vivenciou nos últimos anos, como a expansão para regiões do interior do Brasil, o aumento de vagas, criação de cursos e investimento em pesquisa nos últimos anos.

Como diria o poeta cearense Belchior (1976): “meu delírio é experiência com coisas reais”.

Conhecemos bem o passado de teorias eugenistas do racismo científico. E também os retardatários adeptos do mito da democracia racial que insistem em relativizar o estupro colonial e o racismo à brasileira. Temos ainda, na maioria dos nossos cursos, uma frágil compreensão do nosso compromisso com as políticas públicas, com a prática comunitária de ação profissional. Mudar os caminhos pelos quais produzimos interpretações sobre o mundo e sobre os sujeitos, pelos quais definimos o que é cuidado na saúde, na assistência e na educação, pelos quais construímos lentes analíticas implicadas com justiça social, e não com manutenção de privilégios, é um desafio que se impõe a formação acadêmica que se compromete com os direitos humanos. Para fazer isso precisamos olhar para dentro, qual projeto de universidade defenderemos em meio ao caos? Em meio aos cortes quais segmentos deverão ser protegidos?

Quero resgatar uma história que uma colega da minha época de doutorado, ela mesma estudiosa das relações étnico raciais e das políticas de ações afirmativas nesta universidade, Luciana Maria de Souza, costumava contar. Ela nos dizia que quando os algozes, capitães do mato e seus senhores, alcançavam pessoas negras que haviam conseguido fugir do cárcere a que eram impostas durante a escravidão,

lhes marcavam com brasa quente um grande F para que os outros soubessem que ele havia fugido, que era um negro fujão. O objetivo era produzir medo da captura e isolamento desse elemento subversivo, mas o efeito passou a ser o contrário, ou seja, acendia a esperança pela liberdade e respeito pelos que haviam tentado. Esse grande F, que para os captores deveria ser signo de vergonha, se tornava entre aqueles que estavam sob constantes torturas e exploração, um lembrete que há que se ter coragem. Coragem mesmo diante do caos, do absurdo, das constantes ameaças e da ridicularização cotidiana do nosso pacto democrático, do nosso Estado de direito. Coragem mesmo que com medo. E como diz uma militante do movimento de trabalhadoras rurais ao dialogar com a pesquisadora Gabriela Monteiro (2019): medo nós tem, mas não usa.

Essa brasa quente ainda nos arde a carne, por isso não temos tempo de ter medo. Temos urgência pela vida, pela liberdade, por direitos que ainda nos negam, por ver a constante relativização das nossas ausências nos exames nacionais, nas salas de aula, na pós graduação, na docência, nas reitorias das universidades deste país, ao passo que se naturaliza que sejamos maioria dos que morrem de bala que se diz perdida, mas encontra sempre os mesmos corpos, de mortalidade materna, de covid-19. Nos diz Neusa Santos (1983) que o mito é um instrumento de dissolução simbólica das contradições que existem ao seu redor, escamoteia o real, produz o ilusório, nega a história para alegar que suas injustiças são produções da 'natureza'. O mito da democracia racial que naturaliza as nossas ausências pela suposta inferioridade intelectual das pessoas negras constrói novamente caminhos para produzir a desigualdade que pressupõe dada.

Educação para igualdade racial não será construída passivamente pela aceitação do que for posto pelos cursos incertos da história, nem tampouco se dará por leituras românticas de uma harmonia racial a ser produzida nesses tempos onde o fascismo se espalha como pólen no ar. É preciso desvelar a tolerância que pactua-se na continuidade dessas ausências, inclusive no apagamento sistemático do legado que intelectuais negras produziram desde que se fundou a primeira escola de ensino superior desse país. Em 1891, quando a lei ainda autorizava escravizadores a produzir exploração, tortura e morte nesse país, um jovem negro defendeu sua tese inaugural na Faculdade de Medicina da Bahia. Era Juliano Moreira, que anos depois tornou-se diretor do então Hospital dos Alienados, onde implementou inovações clínicas. Neusa Santos Sousa (1983) psiquiatra e psicanalista que produziu a

dissertação *Tornar-se Negro*, um marco na análise dos efeitos do racismo na constituição psíquica de sujeitos negros que ascenderam socialmente. Poderia citar ainda Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Machado de Assis, Maria Aparecida Moura, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Guerreiro Ramos, Nilma Lino, Maria Aparecida Bento, poderia citar ainda intelectuais indígenas como Casé Angatu, Alvaro Tukano, Célia Xacriabá, Ailton Krenak, Geni Nuñez, Eliane Potiguara. São inúmeros os intelectuais negros, negras e indígenas que já contribuíram para que o pensamento social brasileiro se qualificasse, para que o cuidado em saúde e em saúde mental fosse aprimorado. Mas a maioria desses nomes são apagados das produções acadêmicas. Se produz ausência como se ela fosse natural e diante do questionamento ainda é comum se escutar uma justificativa vergonhosa: que a população negra e indígena não estava produzindo conhecimento antes.

Sempre estivemos produzindo, conservando e aplicando conhecimento, ciência e cuidado. As trabalhadoras rurais do nordeste brasileiro, a maioria esmagadora delas mulheres negras, produzem conhecimento sobre agroecologia, sobre saúde reprodutiva, sobre conservação ambiental, sobre pluralidade alimentar, elas têm muito a nos ensinar sobre tudo isso, mas na tradução da academia seus saberes ganham outros nomes e suas vozes são suprimidas. Fala-se de PANC's, plantas alimentícias não convencionais, e como diz a doutora Geise Pinheiro: não convencionais para quem? se aprendemos com nossas avós a colher no mato mastruz e tomar com leite para limpar a garganta e cortar a tosse? Quem transmitiu as informações, receitas e descrições que se publicam em livros onde os nomes dessas mulheres não são mencionados?

A despeito do apagamento, continuamos. Nos diz o professor Abrahão Santos (2018, p. 245): "A população negra, entretanto, sobreviveu, pois teve seus próprios meios de cuidar de si. Os afrodescendentes têm seu próprio conceito de acolhimento." A pesquisadora da Universidade Federal da Bahia e yakekerê Onisajé (Barbosa, 2016) aponta como inúmeros saberes afrodiaspóricos foram conservados e transmitidos em casas de candomblé brasileiras, a despeito da perseguição de que foram e continuam sendo alvo. Saberes de promoção de saúde, de estabelecimento de vínculos comunitários que produzem redes de apoio e transmissão transgeracional de conhecimento. Diante das intempéries a que se vêm submetidas às

universidades públicas, teriam muito a nos ensinar às mães e pais de santo que viram suas casas serem alvejadas por ódio e fogo, e ainda assim não tombaram.

Repetimos que a juventude negra e indígena anseia com a universidade como meio de realização de sonhos que atravessam suas famílias e é verdade. Cabe, no entanto, admitir que a universidade que pretende ter como sua base uma defesa irrestrita dos direitos humanos precisa urgentemente aprender outros modos de produção, conservação e transmissão de conhecimento, precisa dessa juventude que tem pressa de aprender e precisa reconhecer a autoridade das mais velhas e dos mais velhos que ainda tem paciência de ensinar nos terreiros, nas aldeias, nos assentamentos. Mãe Beata de Iemanjá desvela para Abrahão Santos (2018) em uma conversa o segredo: a oralidade é a pedagogia que privilegia o encontro entre o mais velho e o mais novo. Essa perspectiva, nos diz Abrahão Santos (2018), colabora para sua própria prática de docência e pesquisa, autorizando-o a acessar amplamente sua experiência existencial enquanto homem negro na sociedade brasileira, essa conexão, nos afirma ainda o autor, transcende a dimensão social, se localiza na própria ancestralidade. Dimensão inalcançável em textos que postulam igualdade racial a partir de palavras tecidas por teóricos brancos de seus gabinetes, no além mar, enquanto mulheres lavam suas roupas e lhes fazem o café, reproduzindo em suas relações afetivas lógicas patriarcais de exploração laboral.

Transformação, justiça e igualdade se aprendem com quem tem urgências, com quem carrega na carne, na memória e nas ausências da própria história uma brasa que não se apaga. Com quem entende que, como nos diz Audre Lorde (2019): sobrevivência não é uma habilidade acadêmica e talvez, para sobreviver ao fascismo que arromba as portas, queima bibliotecas, aniquila sonhos e mata jovens, a universidade precise aprender profundamente o que significa educação para igualdade racial, antes que se pretenda autoridade para ensinar. Ao reconhecer o seu próprio papel como parte do problema e também seu potencial como parte da solução,

a Universidade tem a possibilidade de ser parte constitutiva de uma história escrita sobre outros marcos civilizatórios.

## **PRA ALÉM DOS MUROS: A EDUCAÇÃO SERÁ TRANSFORMADORA OU NÃO SERÁ**

A educação para igualdade racial no espaço universitário ganha força de semente que passarinho leva pelo vento. Semeia justiça social em profissionais da assistência social, do direito, da economia, da educação, das ciências sociais, da saúde, da psicologia, e como bem afirma Abrahão Santos (2018, p. 248): Nossa saúde mental necessita de uma reestruturação de mundo. Nosso desafio enquanto comunidade acadêmica é formar e nutrir os sujeitos que poderão operar essa reestruturação de modo capilarizado e compromissado com os direitos de todos humanos, principalmente daqueles que no modelo civilizatório atual foram alijados dessa pertença. Quando admitimos o que Kabengele (2014) nos diz sobre os efeitos devastadores da discriminação racial e da sua contínua relativização no cenário brasileiro, percebemos que uma educação para igualdade racial é um caminho frutífero de promoção de saúde física e para a saúde mental.

Ao visibilizar autoras e autores negros e indígenas, combater ativamente o epistemídio, avaliar nossos projetos pedagógicos de curso, retirar conteúdos racistas da formação discente, combater a universalização do sujeito a partir da produção da branquitude e reconhecer os equívocos que a história continua repetindo ao reduzir pessoas negras e indígenas a condição de escravização que lhes foi imposta, contribuímos para uma educação que tem por objetivo produzir igualdade racial na sociedade, nos equipamentos de políticas públicas e que reverbera nas práticas profissionais daquelas e daqueles que serão nossos egressos. Essa não é, acreditem em mim, a parte mais difícil.

Como evidencia a pesquisadora Karina Santos (2021) ao analisar a atuação de coletivos negros atuantes na Universidade Federal de Minas Gerais, é possível construir caminhos de enfrentamento ao epistemídio em todas às áreas do conhecimento. A autora nos apresenta a atuação do coletivo Retomadas Epistemológicas, organizado por pesquisadoras e pesquisadores negros que tem se ocupado de sanar o epistemicídio que a própria academia produziu provocando-a a rever seus cânones e suas premissas epistêmicas no campo das ciência sociais; o

Coletivo Andrea Marques, nomeado em homenagem a uma estudante de pós graduação da Faculdade de Educação, encantada em 2019, se tornou força motriz daquelas que ingressaram pela política de cotas nesse programa. No campo das ciências da saúde, ela nos traz o coletivo Geni, aquilombamento de estudantes negras e indígenas dos cursos de saúde da UFMG, que tem mobilizado transformações curriculares, enfrentamento à fraude das cotas raciais nos concorridos cursos de saúde. A resistência adentra também no campo das ciências exatas com a atuação do Coletivo Negro Ivone que se define como um quilombo epistêmico de resistência e acolhimento ao racismo que transcorre no cotidiano do instituto onde estudam. Na arquitetura é o Coletivo Negro Malungo que tem produzido mobilizações e revisões nas referências que historicamente expuraram pensadoras e pensadores negros sem questionar-se sobre essa ausência. Adentrando numa atuação institucionalizada o Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito, Estado e Relações Raciais - Aláfia, está formalmente vinculado a Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. A atuação desses grupos, sistematizada e brilhantemente analisada pela pesquisadora Karina Santos (2021) demonstra como o enfrentamento ao epistemícidio não só é possível, como já é uma empreitada iniciada por aquelas e aqueles que vivenciam esse apagamento, não seria imperativo que se torne o quanto antes uma empreitada institucional? Que as afirmações racistas, xenofóbicas, machistas, que baseiam muitos dos postulados teóricos que ensinamos e aprendemos não sejam mais protegidas por argumentações sobre diferenças explicativas temporais, mas sim, situadas como reproduções que fomentaram e autorizaram empreitadas coloniais genocidas? Que a revisão curricular seja entendida como uma função da universidade que se pretende alinhada e promotora de Direitos Humanos?

É preciso que a universidade tenha um papel ativo na luta macropolítica pela igualdade racial. Isso implica desde um enfrentamento às práticas de pauperização da população negra, de sucateamento do ensino básico e médio, bem como de resistência frente às interdições que se erigem nos caminhos desses jovens até nossas salas de aula. Deve ser preocupação e foco de ação das universidades públicas comprometidas com igualdade racial divulgar o aspecto genocida do projeto de lei 490 que autoriza o contato com indígenas isolados caso haja “utilidade pública”. Como se já não bastasse os incisivos ataques de madeireiros, grileiros, garimpeiros, todos esses impregnados do complexo de bandeirantismo que acredita ser a bala o

seu certificado de propriedade, como se já não bastasse que missionários cristão tenham adquirido autoridade para permanecer em terras de povos isolados com a aprovação da Lei 14.021 de julho de 2020, impondo novamente um modelo de cristianização colonial e forçada, como se já não bastasse a ameaça de ver aprovado pelo STF o marco temporal, que impõe aos povos indígenas o ônus de provar que estavam ocupando seu território antes ou na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, ou se ficar comprovado conflito pela posse da terra, uma aberração discursiva, política e jurídica, visto que todo esse território que passou a se chamar Brasil era ocupado por pessoas indígenas, centenas de etnias que sofreram com um sistemático extermínio organizado pela mesma lógica que hoje corre o risco de ser legalizada e reproduzida com os povos isolados.

Não teremos igualdade racial sem ter os direitos humanos básicos garantidos aos povos que construíram esse país com o suor da frente e o sangue das costas. Educar para igualdade racial, implica em lutar por justiça social, por reparação histórica, por memória coletiva e por presença. Presença de pessoas negras e indígenas nos espaços de representação formal, de produção e execução das leis, na produção de conhecimento, nas nossas universidades.

Em 2022 completam-se 10 anos desde que o Brasil aprovou a lei 12.711 (Brasil, 2012), lei que assevera a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas, oriundas de escolas públicas, de classe popular, além daquelas que são portadoras de deficiência. A previsão é que essa lei seja revista no ano que vem, correndo o risco de perder a validade se não for renovada. Atualmente tramita na câmara dos deputados o Projeto de Lei 1788/21 de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) que transfere para 2042 a revisão da Lei 12.711 por entender que em apenas dez anos ela não conseguiu atingir seu objetivo, mas com o desvelar das ações frente a pandemia, é muito pouca ou nula a confiança que essas instâncias deliberativas estejam efetivamente atuando em prol das nossas vidas, quiçá da manutenção dos direitos de quem continua relegado à condição de subcidadania nesse país.

Diante disso as universidades brasileiras desde já precisam estar atentas e mais do que isso, tomar a dianteira na cobrança dos representantes parlamentares para garantir que não seja esse o próximo golpe incisivo em nossa história. As universidades precisam se posicionar como parte interessada na renovação e ampliação da referida lei, na correção dos aspectos que ainda podem ser aprimorados, porque o contexto político que temos agora e que provavelmente se

estenderá até 2022 é um dos piores possíveis. Parafraseando o compositor Emicida (2019), eles não aguentam nos ver livres, imagina nos ver doutores.

Precisamos lembrar que a lei 12.711 garante que os e as descendentes das pessoas que produziram na base da exploração as riquezas deste país, desde às plantações de cana, café, tabaco, o desenvolvimento do comércio e da indústria e que erigiram as paredes e os tetos sob os quais costumávamos ministrar nossas aulas antes que a pandemia nos impusesse esse modelo de ensino remoto possam acessar as universidades e institutos públicos federais, possam ocupar o que nos é de direito.

São mais de 500 anos de genocídio que segue em curso.

Bala, Eugenia, Esterilização compulsória, Mestiçagem, grilagem, garimpo, negação de assistência e saúde, envenenamento da água, da terra, adoecimento físico, psíquico, fome, são 500 anos, e ainda que hoje a bandeira seja verde e amarela, nossa história é rubra do sangue dos nossos ancestrais e da nossa juventude, alvejada nos campos e nas periferias. Nossa história é a história de crianças yanomamis tragadas pelo garimpo ilegal em Roraima, do menino Miguel de apenas cinco anos deixado a própria sorte num elevador de onde saiu para uma queda mortal; é a história dos jovens alvejados por 111 tiros enquanto iam comemorar o primeiro salário de um deles, ou ainda de Kethlen Romeu e seu filho, privados da vida pelo varar das balas disparadas pelos agentes do Estado, assim como o menino Marcus Vinícius, alvejado a caminho da escola por tiros que mancharam a farda da escola pública onde estudava e os sonhos da sua família de vê-lo seguir estudando. Nenhum deles irá adentrar a universidade pública desse país, alguns dirão que nunca foi um espaço para eles, outros garantem que nem sobrevivam para tentar chegar lá.

Diante da limpeza étnica imposta aos povos indígenas e ao povo negro nesse país, igualdade racial implica em lembrar o que a compositora Bia Ferreira (2019) tão bem postula: cota não é esmola. é só o começo, é o mínimo, é direito e precisa ser constantemente reconhecido, fortalecido e defendido. O espaço da universidade, assim como a sociedade em sua completude, deve admitir que não existirá democratização sem enfrentamento ao racismo, e esse deve ser um compromisso inalienável e inadiável. Não mais. Nunca mais.

Axé.

## Referências

BARBOSA, F. J. *Ancestralidade em cena: candomblé e teatro na formação de uma encenadora*. (Dissertação de mestrado) - Escola de Teatro. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 27 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

BRASIL. Lei Nº 14.021, De 7 De Julho De 2020. *Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.021-de-7-de-julho-de-2020-265632745>

BELCHIOR. (1976). *Alucinação*. Intérprete: Belchior. Álbum: Alucinação.

BIA FERREIRA. (2019). *Cota não é esmola*. Intérprete: Bia Ferreira. Álbum: Igreja Lesbiteriana, Um Chamado.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

EMICIDA. (2019). Luz, L. Ismália. Intérprete: Emicida; Larissa Luz; Fernanda Montenegro. Álbum: Amarelo.

FIGUEIREDO, A & GROSGOUEL, R. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, edição 59/volume 2/páginas 36-41. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000200016](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200016)

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. *Sociedade e Estado*, edição 31/ volume 1/ páginas 25-49.

KABENGELE, M. Prefácio. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude branqueamento no Brasil*. CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (orgs.) Petrópolis: Vozes, 2014.

LORDE, A. *Irmãs outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MONTEIRO ARAÚJO, GABRIELA. *Medo nós tem, mas não usa: narrativas feministas rurais do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)* /Orientadora: Márcia dos Santos Macêdo. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, A. Saúde Mental da População Negra: Uma Perspectiva Não Institucional. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, edição 10/ volume 24, páginas 241-259. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/583>

SANTOS, K. P. (2021). *“Tudo que nós tem é nós”*: continuidades históricas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras nas resistências coletivas ao epistemicídio na UFMG. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais: Minas Gerais, 2021.

SOUZA, N. S. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.